

ENCRUZILHADAS DO CHAVISMO: A GUINADA AUTORITÁRIA NA VENEZUELA

MAICON MAURICIO VASCONCELOS FERREIRA¹

RESUMO

O artigo tece reflexões sobre a atual crise na Venezuela mais especificamente sobre a permanência, até o momento, do chavismo neste país mesmo diante do esgotamento do modelo petroleiro-rentista, destacando a escalada da violência e autoritarismo neste país e a derrocada das conquistas da fase inicial da “Revolução Bolivariana”, inserindo estas questões no processo maior do fim do ciclo de governos progressistas da América Latina e inauguração de uma nova onda conservadora na região.

PALAVRAS - CHAVE

Venezuela. Chavismo. Autoritarismo.

ABSTRACT

The article weaves reflections on the current crisis in Venezuela more specifically about the permanence, until the moment of chavismo in this

¹- Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador do Grupo de Estudos Pobreza, Trabalho e Lutas Sociais (POPULUS), vinculado ao Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia (NEEPD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

country even before the exhaustion of the rentier-tanker model, highlighting the escalation of violence and authoritarianism in this country and the collapse of the conquests of the initial phase of the "Bolivarian Revolution", by inserting these issues in the larger process of the end of the cycle of progressive governments of Latin America and the inauguration of a new conservative wave in the region.

KEYWORDS.

Venezuela. Chavismo. Authoritarianism.

En los años del gobierno bolivariano, en Venezuela, se han producido significativas transformaciones en cultura política, en el tejido social y organizativo, así como en las condiciones materiales de vida de los sectores populares anteriormente excluidos. Mediante múltiples políticas sociales (las misiones) dirigidas a diferentes sectores de la población, se han reducido muy significativamente los niveles de pobreza y pobreza crítica. (...) Ha sido igualmente importante el peso de la experiencia venezolana - en particular su proceso constituyente - en el llamado desplazamiento progresista o de izquierda que ha ocurrido en América Latina en estos años, así como en la creación de diversos mecanismos de integración regional que han fortalecido la autonomía regional de la dependencia histórica que la región ha tenido con Estados Unidos: UNASUR, CELAC, Petrocaribe, ALBA. *Sin embargo, las transformaciones sociales que se han dado, no han sido el resultado de transformaciones en la estructura productiva del país.*

Edgardo Lander²

A continuidade ou não do chavismo é um fenômeno de extrema complexidade, visto que, além dos elementos imponderáveis, envoltos nas brumas do futuro e que não se mostram muito claramente para nós

² LANDER, Edgardo. "Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista?", Caracas, 2014. p.1

que ainda não temos o devido distanciamento histórico para analisar a globalidade do processo ainda em andamento e sem contornos que prenunciem em um desfecho certo. Além, é claro, de versões que trabalham na binariedade de um maniqueísmo que impede de enxergarmos a multifacetada tessitura do processo e que não se guiam pela principalidade ou compromisso com a verdade dos fatos.

Estas versões se apresentam em duas grandes categorias sobremodo, a de direita, manifesta numa ofensiva midiática com uma enxurrada de informações demonizadoras do processo com objetivos precisos de orientar as pessoas à uma recusa e combate ao regime chavista, e a outra categoria é a linha apologeta do chavismo que romantiza a realidade favoravelmente à este e silencia no momento da necessidade de justa crítica. Como escreveu nesse sentido o sociólogo venezuelano Emiliano Terán Mantovani do Centro de Estudos Latino-americanos Rómulo Gallegos,

Más allá de las versiones cretinizantes de la neolengua mediática que interpreta todo lo que ocurre en el país en clave de ‘crisis humanitaria’, ‘dictadura’ o ‘presos políticos’, o bien de la narrativa heroica de la Venezuela del ‘socialismo’ y la ‘revolución’ que interpreta todo lo que ocurre en el país en clave ‘guerra económica’ o ‘ataque imperial’, hay muchos temas, sujetos y procesos

que son invisibilizados, que ocurren mar adentro y que esencialmente constituyen el escenario político nacional. No es posible entender la crisis actual en Venezuela sin analizar en conjunto los factores que se desarrollan ‘desde adentro’(MANTOVANI,2017).

Na tentativa de tecer reflexões sobre a atual crise na Venezuela mais especificamente sobre a permanência, até o momento, do chavismo neste país, não adotarei nem uma nem outra destas categorias apresentadas, por entender que elas obnubilam a realidade em favor de visões restritivas, eivadas de parcialidade e passionalidade. Mas, como mencionei, devido a falta do devido distanciamento histórico dum processo ainda candentemente em andamento, as conclusões aqui expostas são provisórias e aproximativas.

Tomemos como ponto de partida a ideia de que a disputa pela permanência (e continuidade) do chavismo no governo (ou mesmo como linha política e expressão maior da via bolivariana) decorreu da instabilidade e agudização da crise descarrilhada após o falecimento do “patrono” da corrente em 05 de março de 2013, e substituição pelo seu sucessor Nicolás Maduro³.

³ - Esta crise na visão de Edgardo Lander e Santiago Arconada Rodríguez tratava-se “de la crisis se terminal del modelo extractivista petrolero y el Estado rentista clientelar, cuya vida había extendido coyunturalmente gracias al liderazgo carismático de Chávez y a los elevados precios de los hidrocarburos en la primera década de este siglo. En esos años del proceso bolivariano no se dieron pasos hacia la transformación de la estructura productiva del país. Por el contrario, se profundizó el rentismo hasta que el petróleo llegó a representar 96% del valor total de las exportaciones. Las políticas sociales, que mejoraron sustancialmente las condiciones de vida de los sectores populares, y las diversas iniciativas de cooperación latinoamericana fueron posibles gracias al boom de

Para examinar o processo, diante da enormidade de material disponível optei por utilizar, acareando com outras fontes e versões, as informações e ponto de vista dos sociólogos venezuelanos Edgardo Lander, professor da Universidad Central de Venezuela e investigador associado do Transnacionale Institute, e o já citado sociólogo Emiliano Terán Mantovani. Sendo eles, reconhecidamente vinculados aos movimentos sociais e a esquerda de seu país, mas ambos alertando para os riscos do apoio incondicional ao chavismo e o silenciamento sobre suas falhas. Neste sentido Lander salientou ser importante

no sólo para pensar la situación actual, las del año que viene, las posibles salidas, si hay transición o no, esas cosas, que sería útil reconocer que la crisis política está montada sobre una crisis mucho más profunda, que es la crisis de un patrón de acumulación, de un patrón de organización del conjunto de la sociedad, cuyo soporte es la renta petrolera (LANDER, 2019).

Apontando em vários dos seus textos que o estopim principal, não sendo o único, da atual crise da Venezuela foi o colapso dos preços do petróleo dos últimos anos⁴, argumentou que Hugo Chávez e m seus

los *commodities*. Con la baja de los precios, todo este armado entró en crisis. (LANDER, Edgardo; RODRIGUEZ Santiago Arconada. “Venezuela: un barril de pólvora”. Revista Nueva Sociedad, No 269, mayo-junio de 2017, p. 17.)

⁴ - “Mientras en el año 2013 el precio promedio de los crudos venezolanos fue de \$100, bajó a \$88,42 en el año 2014 y a \$44,65 en el 2015. Llegó a su nivel más bajo en el mes de febrero del año 2016, con un precio de \$24,25.” (LANDER, Edgardo. “La implosión de la Venezuela rentista”. CUADERNOS DE LA NUEVA POLÍTICA, 1, Setiembre de 2016. Transnational Institute (TNI), Amsterdã, p. 3.)

governos muito distante de afastar-se ou propor uma alternativa ao modelo predatório de desenvolvimento da Venezuela⁵, ou seja, o modelo petroleiro-rentista, o aprofundou, num nível que tornou ainda mais dependente a economia do país e, por consequência, sua população das transações petrolíferas, inclusive no que diz respeito ao aumento das importações para garantir produtos mínimos de sobrevivência, a exemplo da alimentação, pois a produção interna decresceu nos anos do regime de Chávez.

Priorizando-se, dessa forma, ainda segundo Lander,

la política asistencialista sobre la transformación del modelo económico, se redujo la pobreza de ingreso, sin alterar las condiciones estructurales de la exclusión (LANDER, 2019).

⁵ - Com isto não estamos negando a popularidade e forte apoio dos movimentos sociais que detinha Hugo Chávez, nem tampouco toda a concatenação e várias tentativas de golpe para solapá-lo do poder do Estado, nos quais a mídia nacional e internacional teve um destacado papel. O documentário *A Revolução Não será Televisada* (2003, sob direção de Kim Bartley e Donacha O'brian) demonstra bem essa articulação midiática do golpe, este em 2002, em aliança com a elite local e setores militares, mas igualmente o documentário demonstra as intensas mobilizações promovidas pela população reivindicando o retorno de Chávez, o que de fato aconteceu. “o golpe fracassou graças a uma extraordinária mobilização popular e pela divisão das forças armadas. Participaram neste golpe os partidos de oposição, os principais grêmios empresariais, a hierarquia da Igreja Católica e um setor das forças armadas. Os meios de comunicação privados jogaram um papel primordial” (LANDER, Edgardo. “Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo” Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/11/venezuela-bolivarianismo-chavez-maduro-socialismo-capitalismo/>. Acesso em 18/01/2019, às 10h.). Já o documentário *Ao Sul da Fronteira* (2009, dirigido por Oliver Stone) traz também uma análise do papel manipulador da mídia, tomando um recorte mais alargado, sobremaneira 6 países da América Latina, mas igualmente reafirma a importância do Governo de Hugo Chávez como detonador de processo de “esquerdização” da América Latina.

Visão alinhada a de Mantovani que defende para análise da questão a centralidade ocupada por esse modelo de Petro-Estado, enfatizando que a atual crise da revolução bolivariana e do chavismo não pode ser compreendida apenas com uma mirada no presente mas sim com sua relação com o passado.⁶

El hundimiento de los precios internacionales del crudo ha sido determinante en el desarrollo de la crisis venezolana, pero no es el único factor que explica este proceso. Desde la década de los años 80 hay crecientes síntomas de agotamiento del modelo de acumulación basado en el extractivismo petrolero y la distribución de la renta que genera. La actual fase de caotización de la economía nacional (2013-hoy) es también producto del devenir económico de los últimos 30 años en el país (MANTOVANI, 2017).

El tipo de esquema de poder asimétrico y monopolizado que conforma la estructura del Petro-Estado y la economía rentista en general,

⁶ “La mayor parte de los principales objetivos de transformación de la sociedad que han sido formulados en el proyecto bolivariano, en el texto constitucional, y en los documentos y propuestas políticas hasta llegar al Plan de la Patria, no son realizables sobre la base de la afirmación del modelo de la monoproducción petrolera. Sin una transformación profunda de este patrón productivo, si no se abandona el imaginario del crecimiento sin fin, si no se reconocen los límites del planeta y la profunda crisis civilizatoria que confronta la humanidad, si la transformación no tiene como eje medular la transición hacia una sociedad post petrolera, como condición de la posibilidad misma de una sociedad post capitalista, los objetivos principales del proceso de cambio que han sido propuestos por el movimiento bolivariano no tienen posibilidad alguna de realizarse.” (LANDER, Edgardo. “Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista?”, Caracas, 2014. p.14)

determina que los procesos políticos de distribución de la renta produzcan y reproduzcan la polarización y estratificación social, en la cual el pueblo aparece como altamente dependiente respecto a las élites políticas y económicas. Por un lado, los nuevos gestores de la “siembra del petróleo” son envueltos por esta marejada de petrodólares. Se produce un ensanchamiento del Estado y de la ilusión del “desarrollo”, motorizada por la renta, lo que a su vez nos ha llevado a la formación de una nueva burguesía corporativa en el seno de la Revolución Bolivariana, que mantiene una relación contradictoria con su pueblo aliado (MANTOVANI, 2014, p. 15).

Sem o carisma característico de Chávez nem tampouco sua força política, quando Maduro chegou ao governo, através de uma eleição apertada onde obteve apenas 1,5% a mais dos votos que o candidato da oposição Henrique Capriles, teve de enfrentar um cenário nada animador: Aprofundamento de uma crise econômica (queda dos preços do petróleo), ofensiva da oposição; e cisões dentro do próprio Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), além é claro de uma perda de força e popularidade do chavismo, manifesto nos números da eleição. Daí em diante se desencadeia um processo de perda de hegemonia da corrente chavista e o desenvolvimento mais agudo de tendências autoritárias.

Um divisor de águas desse processo foram as eleições parlamentares, ocorridas em inícios de dezembro de 2015, para a assembleia nacional, nas quais a oposição alcançou cerca de 2/3 do total de integrantes, sem realização de nenhuma autocrítica diante da derrota ou mesmo implementação de medidas que manifestassem alguma mudança, em fins deste mesmo mês na tentativa de reverter o quadro e frear o processo de perda de hegemonia institucional das hostes do Estado, a assembleia nacional, ainda de maioria chavista, nomeia novos magistrados para as diversas áreas do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), que não coincidentemente deslegitimou as eleições no Estado do Amazonas e, assim, garantiu que a oposição não tivesse uma maioria qualificada.

O que irá acontecer a partir deste momento é a transferência de fato das atribuições do parlamento para o executivo e o TSJ, este claramente controlado pelo governo⁷. o TSJ, em conformidade com o executivo, terá um papel cada vez mais decisivo nos rumos da política e sociedade venezuelana usurpando as tarefas que seriam do parlamento, o qual eleito e regido, em teoria, pela soberania popular.⁸ Violando as regras do jogo, num frontal desrespeito à constituição bolivariana de 1999, o caso da recusa de Maduro e seus apoiadores da chamada do referendo revogatório é outro elemento salutar⁹.

⁷ LANDER, Edgardo; RODRIGUEZ Santiago Arconada. “Venezuela: un barril de pólvora”. **Revista Nueva Sociedad**, No 269, mayo-junio de 2017, p. 20.

⁸ Idem

⁹ La Constitución Venezolana contempla la posibilidad de la realización de referendos revocatorios de cada uno de los cargos de elección popular una vez pasada la mitad de su período de gestión. Este instrumento, que posibilita la evaluación por parte de los electores de la gestión de los funcionarios y funcionarias electas, ha sido reivindicado por el chavismo como uno de los importantes avances democráticos de la Constitución de 1999, como una de las principales expresiones de la democracia participativa. Se

Assim se produziu

um nuevo momento crítico de ruptura del orden constitucional, que habilitó la concentración de poderes que ha permitido al gobierno dar cada uno de los pasos subsiguientes en una dirección autoritaria (LANDER; RODRIGUES, 2017, p. 20).

Por conseguinte, tanto a vontade popular

como la Constitución se convirtieron en obstáculos por superar. Se van tomando, en consecuencia, una serie de decisiones que avanzan en forma sistemática y coherente en la dirección del establecimiento de un orden autoritario cada vez más militarizado (LANDER; RODRIGUES, 2017, p. 20).

Segundo os autores (Lander e Rodriguez), desde fevereiro de 2016, a partir destas violações constitucionais, o presidente Maduro tem governado através de um estado de exceção e emergência econômica, no

establecen para ello un conjunto de requisitos. En el caso del Presidente o Presidenta de la República, si el referendo se realiza en el cuarto año de la gestión de seis años del Presidente, y la mayoría opta por revocar su mandato, éste queda destituido y se convocan nuevas elecciones presidenciales en un lapso de 30 días. Si el referendo se realiza cuando quedan menos de dos años del período presidencial, y la mayoría vota por la revocatoria del mandato, el Presidente queda destituido y es remplazado por el Vicepresidente (cargo de libre nombramiento y remoción por parte del Presidente). Es por ello que el gobierno, a sabiendas de que perdería el referendo revocatorio, a través de su pleno control sobre el CNE, se ha dedicado sistemáticamente a poner obstáculos y a retardar lo más posible la realización del referendo. (LANDER, Edgardo. “La implosión de la Venezuela rentista”. Cuadernos de la Nueva Política, 1, Setiembre de 2016. Transnational Institute (TNI), Amsterdã, p. 3.)

qual podem ser suspensas garantias constitucionais e decisões importantes tomadas por decreto e sem consulta, como foi o caso da autorização dada pelo TSJ a Maduro para que ele abrisse o país ao capital transnacional através das empresas mistas dispensada permissão parlamentar, que vai de encontro à constituição bem como a Lei de Hidrocarbonetos daquele país.¹⁰

Na tentativa de salvar um modelo em crise, o chavismo tem lançado mão de dispositivos que contrariam os pilares sob os quais se erigiu, um destes exemplos é o projeto de Faixa Mineira de Orinoco¹¹, planejada inicialmente por Chávez em 2011 e remodelada por Maduro nos últimos anos, no entanto se para o primeiro este projeto tomou forma

¹⁰ LANDER, Edgardo; RODRIGUEZ Santiago Arconada. “Venezuela: un barril de pólvora”. **Revista Nueva Sociedad**, No 269, mayo-junio de 2017, p. 21.

¹¹ El Arco Minero del Orinoco fue finalmente formalizado, en su encarnación actual, en febrero de 2016 con el Decreto Presidencial 2.248. Fue declarado Zona Económica Especial (o llamada Zona de Desarrollo Estratégico Nacional). Como tal, se constituye como un territorio de desregulación total, de modo que el capital pueda desarrollarse libremente a cualquier precio. Eso presupone la eliminación de derechos de todo tipo: consulta democrática, derecho al trabajo, derecho a la vida, derecho a un medio ambiente limpio y sano, etc.

El régimen de excepción se implementó de la mano de una zona militar especial. Entonces, el Arco Minero es tanto una zona minera especial como una zona militar especial. Tiene un régimen militar especial. El Decreto 2.248 establece que los grupos que se oponen a él se oponen a los “intereses nacionales”, y al oponerse a los intereses nacionales ejercerían en una especie de crimen contra el propio Estado. Eso se dice muy claramente en el Decreto 2.248. Ahora, cuando se observa esto desde el punto de vista de las consultas populares y consultas previas, lo cual, en un proyecto de esta magnitud, debe hacerse no sólo porque está establecido en la Constitución Bolivariana de Venezuela, sino también (en el caso de las consultas a los pueblos indígenas) por el derecho internacional, el proceso se ha llevado a cabo de forma muy irregular, con mucha manipulación y cooptación. Para dar un ejemplo, indígenas se han quejado de las apariciones en televisión de capitanes cooptados que no los representan, y estos jefes cooptados estaban respaldando el proyecto minero.

Adicionalmente, los estudios de impacto ambiental están notablemente ausentes.” (MANTOVANI, Emiliano Teran. “El Arco Minero es hoy, una política de ajuste”. Disponível: <http://www.ecopoliticavenezuela.org/2018/10/15/arco-minero-hoy-una-politica-ajuste-entrevista-venezuelanalysis-emiliano-teran-mantovani/>.

Acesso em: 13 de Janeiro de 2019, às 14h.)

como de caráter de desenvolvimentismo expansivo, para o segundo assuma uma natureza de ajuste.

Este ajuste tiene que ver directamente con la territorialización – es decir, con la apropiación, intervención, modelamiento y administración de los territorios del país– y la penetración radical de la soberanía nacional basada en varios mecanismos(MANTOVANI, 2018).

Um dos mecanismos, provindo do estado de exceção inaugurado desde 2016, como mencionado acima, ademais há outro instrumento, as Zonas Econômicas Especiais, as quais, seguindo o modelo do neoliberalismo chinês promovem

una forma de desregulación radical de los territorios, en la que se elimina cualquier obstáculo para el rápido desarrollo del capital: impuestos, aduanas, permisos, leyes laborales, restricciones ambientales, lo que sea. Este estado de excepción incluso significa asignar un tipo de gobernador ad hoc al territorio en cuestión (MANTOVANI, 2018).

Desta feita, conclui Mantovani que o Arco Minero representa claramente

un régimen de excepción siguiendo una política de ajustes del tipo más radical, un

camino neoliberal muy radical.

si observamos los diez años anteriores a 2014 (ese año bajó el precio de las materias primas), en esos diez años de auge, unos 500 mil millones de dólares ingresaron a las arcas del Estado venezolano. Entonces, antes de abrir una nueva mina, la pregunta que deberíamos hacernos es: ¿qué pasó con todo ese dinero?

Para entender el capitalismo rentista venezolano, se debe entender la arquitectura de la distribución de la renta del petróleo. Esa arquitectura da forma a toda la economía nacional. La distribución de la renta petrolera determina las estructuras de poder y las diversas formas de consumo doméstico. En otras palabras, si por ejemplo el Estado tiene un subsidio eterno a la gasolina, como es el caso de Venezuela, eso fomentará un tipo específico de consumo. Va a determinar la forma en que las personas van de un lugar a otro y promoverá la práctica generalizada de importar vehículos.

Además, cuando hablamos de distribuir las ganancias del petróleo, también tenemos que hablar de impuestos. Según datos de la CEPAL, Venezuela y Chile son los países del continente donde los ricos pagan menos impuestos. En Venezuela, el Impuesto al Valor Agregado (IVA), es un impuesto regresivo, que además ha aumentado y cae sobre los hombros de los pobres. ¿Cómo podemos conectar esto con el extractivismo? Te voy a dar un ejemplo. Uno de los mayores debates sobre el extractivismo en América Latina fue sobre el Parque Nacional Yasuní en Ecuador. Si aumentara en un 1,6 por ciento el impuesto sobre las 200 empresas más grandes y las familias más ricas del país, eso traería a las arcas del Estado la misma cantidad de dinero que aportaría 25 años de extracción de petróleo en la reserva de Yasuní (MANTOVANI, 2018).

Neste cenário muitas das conquistas do chavismo estão sendo perdidas ou soterradas, as quais têm implicações ainda difíceis de prever, pois grande parte delas se referem ao âmbito subjetivo da população, como, por exemplo, a confiança na construção de uma outra sociedade a partir da luta social e solidariedade, o caráter utópico e pedagógico do processo de alargamento da participação popular que significou o chavismo, baseado num forte apelo aos setores mais excluídos, está se desmoronando. As mudanças implementadas, muitas delas orientadas para um processo de ajuste progressivo e restrições anteriores ao capital, com o auxílio de forte repressão aos opositores, ao passo que derribam os avanços conseguidos pela Revolução Bolivariana, aparecem mascarados como sendo “en nombre del Socialismo y de la Revolución, aunque representan políticas cada vez más rechazadas por la población.”¹²

Diferente do que se pregava até então pelo carismático mandatário Hugo Chávez, a transformação social deveria ser protagonizada pelas pessoas, as quais deveriam ter o direito e acesso ao direito de decidir os rumos da nação (o patriotismo é outra pedra angular do chavismo), pessoas essas organizadas em diversos organismos de estrutura comunal, mas que padecem de um mal deveras grande, para sua sobrevivência tem necessitado do financiamento do estado, sua estrutura está atravessada por uma dependência quase orgânica do Estado provedor, além de gradativamente serem postos burocraticamente sob a tutela do Estado¹³ –

¹² MANTOVANI, Emiliano Teran. “Venezuela desde adentro: siete claves para entender la crisis actual”. Disponível: <http://www.rosalux.org.ec/es/analisis-venezuela-donde-va-proceso-cambio/item/317-venezuela-crisis-actual.html>. Acesso em 25 de novembro de 2017, às 15h12min..

¹³ “As contradições entre autonomia e controle vertical desde o Estado se acentuam a partir dos anos 2005-2007 com a definição da revolução bolivariana como socialista. A

que por sua vez está dependente da economia petroleiro-rentista.

Autonomia da organização popular de um momento para outro é algo muito difícil e no contexto atual de uma escalada assustadora da violência, abafada com muita repressão, associada a uma carência alimentar aguda e uma militarização do Estado¹⁴, é uma transição não

partir dessa época, aprofunda-se não só o controle vertical a partir do Estado, mas se busca reduzir a rica pluralidade das formas organizativas que havia para transformá-las em modalidades organizativas padronizadas. Aprova-se um conjunto de novas leis e criam-se novas instituições destinadas a promover o que se denominou Poder Popular. Finalmente, em 2009, é criado o Ministério do Poder Popular para as Comunas. Estas leis e instituições, longe de promover o poder popular em termos de autonomia e capacidade de autogestão, parecem ter sido expressamente desenhadas para aumentar o controle estatal sobre estas organizações. No lugar de elevar a transparência, todos os níveis da administração pública ficaram mais opacos. As leis dos Conselhos Comunais e das Comunas especificam com grande detalhe o propósito destas organizações, como devem estar estruturadas e as atribuições específicas de cada parte da organização. Estas normas detalhadas sugerem que estas organizações devem ser concebidas como parte da estrutura do Estado. Esta ambiguidade está refletida no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2007-2013 que se refere ao poder popular tanto como se fosse um ramo do Estado que precisa se relacionar com outros ramos do Estado, e como algo externo ao Estado, que precisa preservar uma relação de equilíbrio com o Estado.” (LANDER, Edgardo. “Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo” Disponível: <https://movimentorevista.com.br/2017/11/venezuela-bolivarianismo-chavez-maduro-socialismo-capitalismo/>. Acesso em 18/01/2019, às 10h)

¹⁴ “Obviamente en la sociedad venezolana se ha producido, pero sobre todo se ha acentuado en los últimos tres cuatro años, la militarización de la sociedad. Actualmente nos encontramos con que la tercera parte de los ministros son militares, así como una elevada proporción de los gobernadores. Una parte importante de los sectores fundamentales donde se ha producido la mayor corrupción en estos años, que ha sido en los mecanismos de asignación de divisas, por un lado, y los mecanismos de importación, por el otro, han estado en manos de los militares. Allí hay un problema muy severo desde el punto de vista, tanto de la corrupción administrativa como de la democracia; desde el punto de vista de la democracia, lo que significa una sociedad donde se va imponiendo una cultura militar creciente que es antagonica con el espíritu de la cultura de la democracia participativa y protagónica, que se supone que es el sentido fundamental del proyecto bolivariano; eso por un lado, pero por el otro, el hecho de que hay una creciente complicidad y responsabilidad en el Alto Mando Militar y sectores importantes de la Fuerza Armada que, de alguna manera, garantizan al Gobierno su fuente fundamental de respaldo que es en este momento el estamento militar.” (LANDER, Edgardo. “bases electorales fueron elaboradas para garantizar que el madurismo logre imponer una mayoría”. Entrevista. Disponível:

anunciada, inclusivamente por que segue este setor tendo uma produção muito pequena em comparação com o conjunto da economia. “no ha habido suficiente gente deseando la comuna, no se ha logrado configurar un sólido entramado cultural e ideológico para salir del rentismo y ‘construir el socialismo’” e igualmente “no se ha constituido un núcleo material productivo suficiente para darle sustento al proyecto y apuntar a la muy nombrada independência” (MANTOVANI, 2017).

Las reacciones del movimiento popular, aun de sus sectores más organizados, ante el profundo deterioro de las condiciones de vida que se dan como consecuencia del aumento de la inseguridad –de origen tanto hamponil como policial–, la inflación, la escasez de alimentos y medicinas y el deterioro de los servicios públicos, no han sido las que podrían haberse esperado. Las organizaciones populares de base, que en estos años han involucrado a millones de personas, se han debilitado tanto por su dependencia respecto de los recursos públicos transferidos por alguna institución del Estado, que ya no les llegan en las mismas magnitudes, como por el desencanto creciente con el gobierno y la pérdida de ilusión con relación al futuro del país. Después de años de procesos de movilización y organización popular orientados por los valores de la cooperación y la

<http://revistasic.gumilla.org/2017/bases-electorales-fueron-elaboradas-para-garantizar-que-el-madurismo-logre-imponer-una-mayoria/>. Acesso em 24 de novembro de 2017, às 10h16min.)

solidaridad, en lo fundamental la reacción ante la actual crisis se ha caracterizado por la competencia y el individualismo (LANDER; RODRIGUES, 2017, p. 22).

Rosa Luxemburgo em sua crítica “dolorosamente lúcida” aos descaminhos da Revolução Russa se propõe a

desvendar as misérias do partido no momento em que a liderança política e a burocracia aliavam-se contra a revolução, atraindo o socialismo, fortalecendo as classes dominantes e conferindo legitimidade ao Estado Capitalista (FERNANDES, 1996).

Como refletiu em 1918 no seu artigo *A Revolução Russa*, agudamente atual como ferramenta de análise mesmo após os desdobramentos, “analisar criticamente a Revolução Russa em todo o seu contexto histórico é o melhor meio de educar os trabalhadores alemães e de outros países para as tarefas resultantes da situação atual” (LUXEMBURGO, 2006, p. 89), isto hoje, sabemos que passa inarredavelmente por uma autocrítica das esquerdas e do “modelo bolivariano de revolução”. Luxemburgo trouxe já em 1918¹⁵ o alerta contra o perigo da postura meramente apologética à Revolução Russa e o rumo que então tomava. Concluiu ela que ao sufocarem a vida pública, os bolcheviques obstruíram a fonte da experiência política e a evolução ascendente do proletariado.

¹⁵ Escrito em setembro e publicado em dezembro de 1918.

O sistema social socialista não deve nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, na hora da sua realização, nascido da história viva fazendo-se, que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E assim sendo, é claro que o socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas – contra a propriedade etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas não o positivo, a construção. Terra nova. Mil problemas. Só a experiência [é] capaz de corrigir e de abrir novos caminhos. Só uma vida fervilhante e sem entraves chega a mil formas novas, improvisações, mantém a força criadora, corrige ela mesma todos os seus erros. Se a vida pública dos Estados de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda, é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo progresso intelectual (Prova: o ano de 1905 e os [meses] de fevereiro a outubro de 1917). No plano político, mas também econômico e social. É preciso que toda a massa

popular participe. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete. Controle público absolutamente necessário. Senão a troca de experiências fica só no círculo fechado dos funcionários do novo governo (LUXEMBURGO, pp.117-118).

Luxemburgo trata também neste artigo da supressão das garantias democráticas essenciais a uma vida pública sadia e à atividade política das massas trabalhadoras. O cerceamento de liberdade torna-se uma regra na Rússia revolucionária, destroçada pela contrarrevolução em várias frentes e enfrentando o período do comunismo de guerra, sob o braço de ferro do partido bolchevique são impostas pesadas medidas à classe trabalhadora justificadas pela força das circunstâncias excepcionais, é a tentativa de implantação do socialismo por decreto. Nesse sentido ela traz a memorável reflexão de que “Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam –, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente” (LUXEMBURGO, p. 116-117). Esta passagem nos permite pensar o caso da Venezuela, na medida que neste país

el Gobierno nacional está gobernando por medio de decretos y medidas especiales en el marco de un declarado ‘estado de excepción’, que se oficializa desde principios de 2016. En nombre de la lucha contra la guerra económica, el avance de la delincuencia y del paramilitarismo, y los avances subversivos de la oposición, numerosas mediaciones institucionales y procedimientos

democráticos están siendo omitidos. Destacan por su gravedad políticas de seguridad como la Operación de Liberación del Pueblo (OLP), que representan intervenciones de choque directas de los cuerpos de seguridad del Estado en diferentes territorios del país (rurales, urbanos, barrios periféricos), para "combatir el hampa", los cuales suelen tener polémicos saldos en muertes; la paralización del referéndum revocatorio; la suspensión de las elecciones a gobernación en 2016 sin todavía quedar claro cuando se realizarán; crecientes represiones y excesos policiales ante el descontento social producto de la situación en el país; y un incremento de procesos de militarización, resaltando las zonas fronterizas y las declaradas de 'recursos naturales estratégicos'.

Este es el mapa político que, junto a las diversas formas de intervención foránea, configuran el escenario de guerra de baja intensidad que atraviesa prácticamente todos los ámbitos de la vida cotidiana de los venezolanos. Es este el marco en el que se desenvuelven las libertades individuales, la oposición y pluralidad partidaria, la convocatoria y realización de marchas, expresiones de disidencia y críticas en los medios de comunicación, entre otras formas de la

llamada democracia en Venezuela (MANTOVANI, 2017).

Além disso,

porque una de las cosas que yo creo que caracteriza al gobierno actual, crecientemente, es que ha sustituido la acción política por la acción de poder estatal. Es decir, en lugar de tener capacidad de organización de políticas públicas, de legitimación, de actuar y de confrontarse en el terreno propiamente político, lo que hace es ejercer el poder autoritario del Estado. Y eso es lo que está haciendo (LANDER, 2018).

Após a subida de Maduro como mandatário venezuelano, e instaurada a aguda crise em várias áreas, a ação política da corrente chavista para lhe dar com a situação, ao que indica é um ponto de inflexão no perfil adotado por Hugo Chávez em seus governos, ou mesmo pode caracterizar-se como a congregação de vários fatores que denotem o esgotamento do modelo chavista na condução atual do governo da Venezuela, haja vista, sobretudo, suas ações no sentido de por o executivo como árbitro supremo das decisões do país, em desrespeito a constituição bolivariana, de 1999, e sem consulta ao povo, que perde sua soberania. Isso tudo aliado a uma dura repressão aos protestos, que é impossível segurar a posição de que são apenas os opositores que tomam as ruas, ou cidadãos alienados manobrados pela elite local mancomunada com o imperialismo. Evidentemente que isso existe, é inegável, mas de forma alguma engloba a totalidade das manifestações de descontentamento e reprovação do povo¹⁶.

¹⁶ “Maduro é o principal responsável pela perda da memória do chavismo nas ruas da Venezuela, seja de forma simbólica ou material. As condições de vida da população são bastante piores do que eram nos tempos de Chávez. A situação do povo é cada vez mais precária, aumentou bastante o nível de pobreza e escassez. Ao longo do governo

Talvez, seja o divisor de águas no sentido avesso das conquistas da Revolução Bolivariana, aquilo que COELHO, destacou:

a reflexão sobre o atual estado e as perspectivas sobre a democracia na América Latina deve obrigatoriamente considerar os representantes da sociedade civil organizada não como elementos desestabilizadores, mas como atores que irão garantir o equilíbrio democrático na região vetando presidentes e políticas que vão de encontro aos anseios da maioria da população. No lugar de serem alijados da política, os atores sociais devem estar cada vez mais inseridos em todas as fases do processo, visto que a democracia é um arranjo político que busca maximizar o bem-estar dos seus cidadãos. Democracias que não sejam de massa estão necessariamente equivocadas. Parte da luta dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada também pode ser compreendida como uma disputa de grupos historicamente marginalizados pelo acesso ao poder (COELHO, 2013, p. 17) .

Maduro ocorreu também uma importante reorientação das políticas públicas, que acentuou uma grande diminuição nas políticas assistenciais por parte do governo e também do encolhimento da dimensão organizativa e participativa da população na elaboração e implementação dessas políticas. Há um trauma muito grande na população. A crise humanitária gerou uma grande dor nas famílias. São filhos e netos que saíram do país. 3 milhões em uma população de 30 milhões. E essa parcela que saiu é majoritariamente jovem, e isso é um componente muito grande do desgaste do governo e do que ocorre na Venezuela. Ao mesmo tempo as Forças Armadas são parte intrínseca do governo, inclusive com um claro processo de corporativismo. Sendo as Forças Armadas o grande fiador do governo. Além da questão ideológica tem também o sentido material, pois teriam muito a perder com uma mudança na estrutura do regime, pois também fazem parte dos esquemas de corrupção e apropriação indevida do patrimônio público.” (LANDER. Edgardo. “Entrevista com Edgardo Lander direto da Venezuela”. Disponível: <https://subverta.org/2019/01/26/entrevista-com-edgardo-lander-direto-da-venezuela/>, Acesso em 10 de fevereiro de 2019.)

Num cenário mais alargado é importante destacar que o Chavismo compõe também o dito fenômeno da chamada Maré Rosa que

atingiu a Venezuela, em 1998, e avançou sobre o Chile (1999), Brasil (2002), Argentina (2003), Uruguai (2004), Bolívia (2005), Equador (2006), Paraguai (2008) e, também, alcançou regiões mais setentrionais como Nicarágua (2006) e El Salvador (2009)(NASCIMENTO JÚNIOR, 2017, p. 17).

Podemos dizer que igualmente a Maré Rosa significou um movimento de contra-hegemonia da esquerda contra o neoliberalismo e seus aliados na América Latina, as quedas presidenciais o foram contra a hegemonia dessa centro-esquerda no poder, que tanto alterou o cenário político-institucional na América Latina¹⁷.

As elites conservadoras da região atuaram de maneira objetiva para retirar os presidentes identificados com valores de esquerda, visando o reequilíbrio das forças políticas inscritas nas quedas dos mandatários. No entanto, conscientes de que não poderiam contar com o apoio popular para isso, se uniram a setores opositoristas dos respectivos Congressos e das Forças Armadas para efetivar suas ações, realizadas de forma eminentemente extraconstitucionais. Esse novo tipo de destituição capitaneada pela direita contra presidentes de esquerda reforça a validade das explicações de cunho institucional. Uma vez que a sociedade civil e os movimentos sociais perdem seu protagonismo, os Congressos continuam sendo os principais atores no processo da destituição dos mandatários, agora auxiliados novamente pelas forças militares

¹⁷ PARAMIO, Ludolfo. “Perspectivas de la izquierda en América Latina”. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2003. Disponível em: www.realinstitutoelcano.org/documentos/37/37.pdf

conservadoras. Os próximos anos dirão se essa é apenas uma tendência passageira ou constituirá efetivamente um novo modelo de ação política e de destituição de presidentes democraticamente eleitos (COELHO, 2016. Pp. 48-49).

Chegaram ao governo, a partir de 1998 com Hugo Chávez, um conjunto de novos atores a presidência de países latino-americanos e consigo um projeto político diferenciado do anterior, acirrando igualmente a disputa das subjetividades, haja vista que além de uma visão econômica e social diferente, mais nacionalista e redistributiva em favor das camadas mais empobrecidas, necessariamente defender um representação do mundo muito diversa da defendida pelas hostes neoliberais. No caso da Venezuela fala-se até de um novo tipo de regime, o “socialismo do século XXI”, como defendeu seu representante Hugo Chávez Frias.

Nesta nova configuração política em linhas gerais se busca igualmente uma nova integração regional, distante da centralidade exercida pelos Estados Unidos da América e blocos Europeu, contrariamente a ideia é reforçar o poder econômico e a soberania nacional das pátrias latino-americanas, a comunidade dos Estados Latino-americano e Caribenhos (CELAC), União das Nações Sulamericanas (UNASUR), Banco do Sul, Petrocaribe, Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), são os mais destacados exemplos dessa articulação.

O outro lado da moeda, ou seja, a aplicação acelerada e sem negociação de um pacote Neoliberal, é apresentado no documentário *Mamórias del Saqueo* (2004) de Fernando Solanas, onde, tomando a

Argentina, de inícios dos anos 2000, como objeto de análises de venda de maneira didática faces do perverso jogo do capital internacional em conluio com as elites locais, manifestado nas privatizações, desemprego, fragilização dos direitos trabalhistas, manifestações populares seguidas de dura repressão, também tem foco como um típico caso, um tanto comum na América Latina, de estelionato eleitoral (*policy switch*), ou seja

quando um presidente é eleito baseado em suas promessas de campanha e quando assume o poder, adota uma plataforma política diametralmente oposta àquela prometida anteriormente (COELHO, 2016, P. 29).

Mesmo que sem uma ruptura com a política neoliberal clássica em sua globalidade, há certamente uma busca de que o bloco regional da América Latina conquiste maiores possibilidades de concorrência com os demais blocos econômicos, tendo nessa empreitada o Estado uma função de condutor e uma principalidade, jamais admitida no neoliberalismo d'antes existente nestes países (LECHNER, 1997). E, evidentemente, que as elites locais, articuladas com o capital multinacional, realiza investidas para retomar a hegemonia político-institucional e a derrubada/queda de presidentes se conforma a partir daí. Como atestou COELHO,

se no passado recente a instabilidade política e presidencial da região ocorria através de golpes militares, hoje ela transcorre segundo a dinâmica do jogo democrático, com ampla participação das

*massas e das instituições representativas (COELHO, 2009, p.2).*¹⁸

Nesse sentido concluiu que:

Teria ocorrido um aprendizado por parte das forças conservadoras acerca do alto custo da realização de um golpe militar clássico nos moldes concretizados no passado, já que no atual momento tanto a população como a opinião pública internacional não percebe com bons olhos o retorno do autoritarismo, exercendo forte pressão para que esse tipo de estratégia não seja mais utilizada. O padrão de destituição de mandatários mais usual das três últimas décadas ocorreria principalmente em razão dos conflitos do chefe do Executivo com os demais poderes do país (principalmente o legislativo) em um contexto de forte pressão das ruas pela saída dos presidentes, geralmente identificados pela maioria da população como os principais culpados pelas crises políticas e econômicas, dentro das normas constitucionais vigentes (COELHO, 2016. P. 14).

¹⁸- Importante, neste sentido, a referência da instauração de ditadura nos países do Conesul, a começar pelo Brasil em 1964, além de Argentina (1966 e 1976), Chile (1973), Uruguai (1973). O Paraguai já vivia sob uma ditadura desde 1954. Igualmente salutar é o destaque da conexão repressiva estabelecida pela Operação Condor, criada sob a coordenação dos Estados Unidos em 1975, poucos meses antes da deflagração do golpe na Argentina.

Período e trocas presidenciais (1990-2007)¹⁹

Ano/Pais	Argentina	Bolívia	Equador	Total
1990	Menem	Zamora		
1991				
1992			Durán Ballén	
1993		Zamora/Lozada		
1994				
1995	Menem			
1996			Bucaram	
1997		Lozada/Banzer	Bucaram/Arteaga/Alarcón	
1998			Mahuad	
1999	Menem/De la Rua			
2000			Mahuad/Gustavo Noboa	
	De la			
2001	Rua/Puerta/Saá/Camaño	Bazner/Quiroga		
2002	Camaño/Duhalde	Quiroga/Lozada		
2003	Duhalde/N. Kirchner	Lozada/Mesa	Noboa/Gutiérrez	
2004				
2005		Mesa/Rodríguez	Gutiérrez/Palácio	
2006		Rodríguez/Morales		
2007	N. Kirchner/C. Kirchner		Palácio/Correa	
Total 1	4 eleitos/1 queda	4 eleitos/1 queda	5 eleitos/3 quedas	9 eleitos/5 quedas
Total 2	4 eleitos/3 quedas	4 eleitos/2 quedas	5 eleitos/4 quedas	9 eleitos/9 quedas

Acima tabela com o quadro das quedas presidenciais deste período (1990-2007), elaborada por COELHO (2009), onde se salienta claramente um *modus operandi* desse novo modelo de destituição de mandatários, podendo-se encarar mesmo como bem salientou Coelho:

Uma estratégia de golpes ilegais contra os mandatários, consistindo em um novo modelo possível da ação política das elites conservadoras e antidemocráticas na região (COELHO, 2009, p.47).

¹⁹ Tabela de elaboração de COELHO, André. “Os movimentos sociais latino-americanos e a democracia: os casos da Argentina, Bolívia e Equador”. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ). Grupo de Trabalho: GT 14 – Os Limites da Democracia, p. 5: “A Tabela Período e trocas presidenciais (1990-2007) mostra com detalhes os presidentes eleitos (nove no total) e a duração de seus mandatos. Desse contingente, apreciando apenas os casos de quedas de presidentes vitoriosos em eleições que ocorreram em períodos regulares, teremos um total de cinco quedas (Total 1 da tabela 1). Contudo, se incluirmos todos aqueles que chegaram a exercer a presidência dos respectivos países, inclusive em substituição àqueles que não concluíram seus mandatos, o total de quedas sobe para 9 (Total 2 da Tabela 1), exatamente o mesmo número de eleitos no período.”

Com esses golpes se entra numa nova fase, essa assemelhada o período anterior à Maré Rosa e claramente mais próxima do Consenso de Washington²⁰, a que essa Maré se propôs distanciar. A esse moinho de evanescência dos governos progressistas e surgimento de uma nova onda conservadora na América Latina se juntam a ascensão de Mauricio Macri (Argentina, 2015), Sebastián Piñera (Chile, 2017), Lenín Moreno (Ecuador, 2017), Iván Duque (Colômbia, 2018) Mario Abdo Benítez (Paraguai, 2018), bem como a queda da presidenta Dilma Rousseff²¹ e posterior vitória em 2018 do candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, no Brasil.

Ao que os elementos apontam, após várias investidas fracassadas para a derrubada do governo de Nicolás Maduro, naufragadas devido ao

²⁰ “O receituário, celebrizado como o Washington Consensus, resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado, o que viabilizaria ulteriormente a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), do Canadá à Terra do Fogo, tal como proposta pelo Presidente George Bush, com o lançamento em 1990 de The Enterprise for the Americas Initiative. Esta iniciativa, no contexto das dificuldades para reduzir o desequilíbrio de sua balança comercial por meio da abertura de outros mercados, possibilitaria aos Estados Unidos aumentar ainda mais exportações de mercadorias para os países da América Latina sem a necessidade de negociar com seus governos e fazer outras concessões, dado que com a hegemonia sobre a ALCA obteriam o máximo de liberdade para movimentar bens e fatores de produção (exceto força trabalho), restringindo o acesso ao seu próprio mercado interno, quando lhes conviesse, sob os mais variados pretextos, como competição desleal, riscos sanitários, segurança nacional etc. Também, mais facilmente eles poderiam enfrentar a União Européia, cujo mercado comum se fechara, bem como o Japão, e também compensar seu déficit comercial com outras regiões. A estabilização monetária e a retomada do crescimento econômico na América Latina tornavam-se sem dúvida necessárias à consecução de tais objetivos.” (BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. Rev. Bras. Polít. Int. 45 (2): 135-146, 2002, p.136.

²¹ Alvo de um controvertido processo de impeachment em inícios de 2016 afixado pelo seu vice, Michel Temer.

apoio popular que detinha, diante do novo contexto conservador tem de juntado cada vez mais forças de diversos matizes da direita, alinhadas com o governo dos Estados Unidos e capital internacional, para pôr fim ao Chavismo, porém não somente isto, mas sim garantir dispositivos de rapinagem mais direta e tutelada para extração petrolífera e controle político em geral.

A nomeação autoproclamada do parlamentar da direita Juan Guaidó, em Janeiro de 2019, como presidente interino da Venezuela seguida da legitimação pelo governo dos Estados Unidos, Brasil, Alemanha e outros países, compõem este roteiro²². No entanto posto está que não é possível debitar essa crise de hegemonia, agudizada sobretudo a partir de 2013 com a morte de Chávez²³, somente a fatores hodiernos e

²² A despeito da proclamação de Guaidó como presidente da Venezuela e busca de apoio externo intermediada pelos Estados Unidos, Maduro, com forte apoio das forças armadas, segue como mandatário do país. Neste cenário Maduro recebeu importante apoio de alguns países, entre os quais, China, Rússia, Uruguai, Turquia, Uruguai. Explorando a dependência do petróleo pela Venezuela, os EUA seguem com sua estratégia de sufocamento econômico do regime chavista através de bloqueios, como o fez congelando 7 bilhões em ativos da estatal PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A) afirmando que serão transferidos para o controle do nosso presidente, Guaidó. Alguns países também manifestaram seu apoio a Maduro, entre os quais, China, Rússia, Uruguai, Turquia, Uruguai. O apoio dos primeiros, China e Rússia, na geopolítica global faz toda diferença para a continuidade e oxigenação mínima do regime de Maduro, inclusive refrear ações mais agressivas por parte dos Estados Unidos, quiçá uma intervenção militar que certamente não está descartada.

²³ “Entre 2014 e 2016, produz-se uma baixa aguda do produto interno bruto, acelera-se a inflação até passar a ser a mais elevada do planeta. A escassez de produtos básicos, a diminuição do salário, uma crescente insegurança, assim como a deterioração dos serviços públicos, conduzem a um acelerado retrocesso na melhoria das condições de vida da população obtida nos anos anteriores. Os massivos níveis de corrupção se fazem mais visíveis. Como consequência de tudo isso, gera-se um crescente rechaço ao governo de Maduro. (...) Ao invés de assumir as causas que estavam produzindo este rechaço ao governo, toma uma rota crescentemente autoritária. Para se preservar no poder, recorre a violações sistemáticas da Constituição e a uma crescente repressão tanto policial como por parte da Guarda Nacional.” (LANDER, Edgardo. “Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo” Disponível: <https://movimentorevista.com.br/2017/11/venezuela-bolivarianismo-chavez-maduro->

Encruzilhadas do chavismo: A guinada autoritária na Venezuela

de curto prazo ou igualmente reduzir seu escopo explicativo ao binarismo Pátria Venezuelana contra o Imperialismo, ainda que esse fator seja importante. Como dissemos, as hostes da Revolução Bolivariana não romperam com o modelo Petroleiro-Rentista, ao contrário, o aprofundaram, e para tanto lançando mão em vários momentos de medidas autoritárias e de exceção²⁴.

As sanções dos EUA contra a Venezuela, começaram há um ano e meio, por volta de meados de 2017. Mas a crise veio muito antes. As sanções dos EUA aprofundaram a crise, mas não são a principal causa da crise. A principal causa da crise é inépcia e corrupção do governo de Maduro.

Assim, nós na Venezuela nos defrontamos com esses dois males, com esses dois inimigos confrontantes. No meio, está o povo venezuelano, obrigado a pagar pela inaptidão e violência dos dois lados em disputa. Precisamos ter algum tipo de pressão sobre o governo dos EUA para impedir esse nível de intervenção, essa ameaça de intervenção militar. E nós temos que pedir ao governo de Maduro que esteja disposto a abrir uma negociação, porque há muitas razões pelas quais as

[socialismo-capitalismo/](#). Acesso em 18/01/2019, às 10h)

²⁴ “El impacto de esta Gran Crisis (2013-2019) ha sido tan profundo, que ha removido y redimensionado las múltiples contradicciones y tensiones territoriales ya existentes, al tiempo que los territorios quedan abiertos ante los flujos salvajes de la actual globalización tardía y descompuesta. Lejos de ser homogénea, estamos ante una cartografía política fragmentada, muy movable y volátil: una parte de la sociedad venezolana, precarizada, migra desde la hueca economía formal hacia estas dinámicas de apropiación directa de los recursos y el control de los territorios; prolifera el paramilitarismo en sus diversas formas; bandas criminales y sindicatos mineros; sectores militares corrompidos que ejercen poder feudal; frentes de las guerrillas colombianas ‘desmovilizados’ (exFARC) o no (como el ELN); poderosos sectores ganaderos y terratenientes; y la creciente influencia/presencia, directa o a través de intermediarios, de las corporaciones transnacionales; entre otros. Es el capitalismo global 2.0 al desnudo.” (MANTOVANI, Emiliano Teran. “Venezuela: la disputa es por los territorios”. (Disponível: <https://www.alainet.org/es/articulo/197556>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

peças na Venezuela realmente não confiam em Maduro quando ele afirma sua disposição de negociar — já que sempre diz a mesma coisa. Quando as negociações ocorreram, ele não se mostrou disposto a ceder nada (MANTOVANI, 2019).

A lógica é perversa. Como observou o magnata do capital financeiro George Soros, dizendo discordar à época, “A democracia é boa, desde que o eleito seja o candidato dos mercados”²⁵. Essa premissa tem se mantido como máxima para as articulações dentro e fora do Estado, seja no campo político ou no econômico, em relações normalmente escusas e que corriqueiramente sua inteireza não vem a público. Esse quadro contextual nos permite apontar uma resposta inapelavelmente negativa às suspeitas lançadas há uma década (2009)²⁶ pelo cientista político Peter H. Smith, quando da conceituação e caracterização da “Maré Rosa”, ou seja, diferentemente do que o honorável pesquisador formulara, o desenrolar do fenômeno tem demonstrado os limites das urnas e da democracia eleitoral como via de promoção de justiça social, bem como a existência e escalada progressiva de traços autoritários por parte dos governos que compuseram a “onda

²⁵ SOROS, George *apud* Bacoccina, Denize “Soros diz que Brasil pode ter de renegociar sua dívida”. Disponível: https://www.bbc.com/portuguese/economia/021008_sorosdb.shtml. Acesso em 23 de fevereiro de 2019.)

²⁶ “Lo más esencial es que la marea rosada latinoamericana significa que las masas enfadadas y desencantadas están expresando su descontento en las urnas. No están tomando las armas, echándose al monte, poniendo bombas o participando en conspiraciones terroristas. Están votando. A pesar del escepticismo extendido, no rechazan la política democrática. Por el contrario, emplean los instrumentos más básicos de la democracia para expresar demandas y buscar una reforma de largo alcance. Y como resultado, la ola rosada presenta una prueba crucial: si la democracia electoral en el mundo en vías de desarrollo es capaz de conseguir la justicia social.” (SMITH, Peter H. **La Democracia en América Latina**. Traducción de Carmen Martínez Gimeno. Instituto De Estudios Latinoamericanos, Universidad de Alcalá. Madrid; Barcelona; Buenos Aires: 2009, pp. 15-16.)

rosa”, notadamente a Venezuela, com seu tão propalado Socialismo do Século XXI²⁷ nascido da Revolução Bolivariana e assumido pelo seu mandatário, Hugo Chávez, enquanto modelo a partir de 2005, no Fórum Social Mundial da cidade de Porto Alegre.

A experiência histórica tem demonstrado que “o Estado nacional não é, não pode ser, o lugar ou o sujeito privilegiado para um processo de superação do capitalismo”, nem tampouco “do impulso de uma profunda transformação do padrão civilizatório que hoje ameaça vida, sobretudo na medida em que a centralidade do Estado conduza a limitar as potencialidades autônomas do resto da sociedade” (LANDER, 2019).

Com as limitações ou inclusive o fracasso das experiências dos governos progressistas na

²⁷ “Hoje, teríamos que nos fazer uma pergunta nada trivial e cuja resposta não é óbvia. Depois dos anos de governos progressistas na América do Sul, estaremos mais perto de superar o capitalismo e com maior capacidade de responder aos desafios que nos coloca a crise civilizatória, ou pelo contrário aprofundamos nossa inserção nas engrenagens da reprodução do capital global e naturalizaram-se os valores hegemônicos desta civilização em crise? (...) no terreno geopolítico vem se operando significativas transformações. As categorias reducionistas e binárias “Norte/Sul” e/ou “Imperialista/Anti-imperialista” sustentadas em identificar os Estados Unidos como o império e em considerar como amigos ou aliados anti-imperialistas a todos os governos e movimentos que tenham contradições com este, ainda que estes sejam países tampouco democráticos, tampouco expressão de outro mundo possível, como o são Rússia, China, Irã, Bielorrússia ou Síria, não podem de modo algum dar conta da cambiante realidade do sistema mundo contemporâneo. Desde uma perspectiva socioambiental, são as corporações chinesas e russas, públicas ou privadas, melhores que as corporações que têm sede nos Estados Unidos ou na União Europeia? Para aprender com a experiência, é absolutamente necessário refletir criticamente sobre o que acontece e por que acontece. Conhecemos a história da cumplicidade dos partidos comunistas do mundo com os horrores do stalinismo. Não foi por falta de informação. Não foi que se inteiraram depois dos crimes de Stalin. Houve cumplicidade, produto de uma concepção maniqueísta de acordo com a qual o mundo se dividia entre imperialistas (maus) e anti-imperialistas (bons)”. (LANDER, Edgardo. “Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo” Disponível: <https://movimentorevista.com.br/2017/11/venezuela-bolivarianismo-chavez-maduro-socialismo-capitalismo/>. Acesso em 18/01/2019, às 10h.)

América Latina como alternativas capazes de ir para além do capitalismo, parece terminar um ciclo histórico. Mas não se trata somente do curto ciclo histórico das commodities ou dos governos progressistas, mas de um ciclo histórico de mais longa duração cujo início poderia ser identificado com a publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848. É o ciclo histórico da luta anticapitalista que tem como eixo central a ideia de que, mediante a captura ou o acesso ao Estado, seria possível conduzir um processo de transformação profunda do conjunto da sociedade. Isso foi um pressuposto compartilhado independentemente dos meios postulados para se chegar ao controle do Estado: mediante um levante revolucionário como o assalto ao Palácio de Inverno; mediante eleições ao modo socialdemocrata europeu; mediante a luta guerrilheira; ou, novamente, pela via eleitoral nos recentes processos progressistas sul-americanos. Ao mesmo tempo, estamos no final de uma época histórica que, desde as mais diversas posturas políticas e ideológicas, identificou o bem-estar e a felicidade humana com uma abundância material sempre crescente, com o progresso e com o crescimento econômico ad-infinitum. Os limites do planeta nos obrigam a reconhecer que entramos numa nova era (LANDER, 2019).

REFERÊNCIAS

BACOCINA, Denize “**Soros diz que Brasil pode ter de renegociar sua dívida**”. Disponível:

https://www.bbc.com/portuguese/economia/021008_sorosdb.shtml.

Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “**As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**”. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 135-146, 2002, p.136.

COELHO, André. “**Instabilidade política e democracia na Venezuela – de Carlos Andrés Pérez a Hugo Chávez**”. *Boletim do Tempo Presente*, nº 07, de 12 de 2013.

COELHO, André. “**Novo Modelo de Destituição de Mandatários ou a Releitura de Velhas Práticas? Reflexões sobre a instabilidade presidencial contemporânea na América Latina**”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 113, pp. 11-50, jul./dez. 2016.

COELHO, André. “**Os movimentos sociais latino-americanos e a democracia: os casos da Argentina, Bolívia e Equador**”. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ). Grupo de Trabalho: GT 14 – Os Limites da Democracia.

FERNANDES, Florestan. **Democracia e socialismo**. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996.

LANDER, Edgardo. “**Venezuela: “sencillamente, la gente está harta**”. Disponível em: <https://www.cetri.be/VENEZUELA-SENCILLAMENTE-LA-GENTE?lang=fr>. Acesso em 13 de Janeiro de 2019, Acesso às 15h30min.

LANDER, Edgardo. “**Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista?**”, Caracas, 2014. p.1.

LANDER, Edgardo. “**bases electorales fueron elaboradas para garantizar que el madurismo logre imponer una mayoría**”. Entrevista. Disponível: <http://revistasic.gumilla.org/2017/bases-electorales-fueron-elaboradas-para-garantizar-que-el-madurismo-logre-imponer-una-mayoria/>. Acesso em 24 de novembro de 2017, às 10h16min.

LANDER, Edgardo; RODRIGUEZ Santiago Arconada. “**Venezuela: un barril de pólvora**”. *Revista Nueva Sociedad*, No 269, mayo-junio de 2017.

LANDER, Edgardo. “**Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo**”. Disponível: <https://movimentorevista.com.br/2017/11/venezuela-bolivarianismo-chavez-maduro-socialismo-capitalismo/>. Acesso em 18/01/2019, às 10h.

LANDER, Edgardo. “**Entrevista a Edgardo Lander**”. Disponível: <http://prodavinci.com/2016/09/18/actualidad/edgardo-lander-sencillamente-la-gente-esta-harta-por-hugo-prieto/>. Acesso em 23 de novembro de 2018, às 20h30min.

LANDER, Edgardo. “Entrevista com Edgardo Lander direto da Venezuela”. Disponível: <https://subverta.org/2019/01/26/entrevista-com-edgardo-lander-direto-da-venezuela/>, Acesso em 10 de fevereiro de 2019.)

LANDER, Edgardo. “**La implosión de la Venezuela rentista**”. *Cuadernos de la Nueva Política*, 1, Setiembre de 2016. Transnational Institute (TNI), Amsterdã, p. 3.)

LECHNER, Norbert. “**Tres formas de coordinación social**”. *Revista da CEPAL*, n° 61, 1997.

LUXERBURGO, Rosa. “**A Revolução Russa**” In SCHÜTRUMPF, Jörn. *Rosa Luxemburg ou o Preço da Liberdade*. Tradução Maria Isabel Loureiro. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular – Fundação Rosa Luxemburgo, 2006.

MANTOVANI, Emiliano Teran. “**Chavismo, crisis histórica y fin de ciclo: repensarnos desde el territorio**”. Disponível:

<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=207450> . Acesso em 24 de novembro de 2017, às 9h33min.

MANTOVANI, Emiliano Teran. “**Venezuela: la disputa es por los territorios**”. Disponível: <https://www.alainet.org/es/articulo/197556>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

MANTOVANI, Emiliano Teran. **La crisis del capitalismo rentístico y el neoliberalismo mutante (1983-2013)**. Fundación Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 2014.

MANTOVANI, Emiliano Teran. “**Venezuela desde adentro: siete claves para entender la crisis actual**”. Disponível: <http://www.rosalux.org.ec/es/analisis-venezuela-donde-va-proceso-cambio/item/317-venezuela-crisis-actual.html>. Acesso em 25 de novembro de 2017, às 15h12min.

MANTOVANI, Emiliano Teran. “**El Arco Minero es hoy, una política de ajuste**”. Disponível: <http://www.ecopoliticavenezuela.org/2018/10/15/arco-minero-hoy-una-politica-ajuste-entrevista-venezuelanalysis-emiliano-teran-mantovani/>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2019, às 14h.

NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. **A amplitude da Maré Rosa: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai** / Wanderley dos Reis Nascimento Júnior. - Foz do Iguaçu, 2017. PARAMIO, Ludolfo. “Perspectivas de la izquierda en América Latina”. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2003. Disponível em: www.realinstitutoelcano.org/documentos/37/37.pdf

SMITH, Peter H. **La Democracia en América Latina**. Traducción de Carmen Martínez Gimeno. Instituto De Estudios Latinoamericanos, Universidad de Alcalá. Madrid; Barcelona; Buenos Aires: 2009.